

A CIDADE QUE NÃO ENVELHECE COM DIGNIDADE: BARREIRAS ARQUITETÔNICAS ENFRENTADAS POR PESSOAS IDOSAS EM EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE LAGUNA (SC)

Isadora Baldi Prazeres, Carolina Stolf Silveira

INTRODUÇÃO

A acessibilidade é um direito fundamental, essencial para o pleno exercício da cidadania, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida. Com o aumento da população idosa, torna-se crucial analisar e mitigar as barreiras arquitetônicas que afetam diretamente sua independência e segurança. No Brasil, o número de pessoas com 60 anos ou mais aumentou 56% entre 2010 e 2022, e as projeções indicam que essa população continuará a crescer significativamente nas próximas décadas. Em Laguna, a situação é particularmente relevante, já que o município tem uma população idosa cerca de 4% maior que a média estadual e nacional, totalizando aproximadamente 8.000 idosos. Diante desse cenário, este resumo, baseado em vistorias realizadas pelo Projeto de Pesquisa de Acessibilidade Espacial em Edifícios Públicos de Laguna/SC, destaca os principais obstáculos enfrentados pelos idosos e as possíveis soluções para promover sua inclusão.

A pesquisa visa aprimorar o entendimento sobre como as barreiras arquitetônicas, ao dificultarem o acesso e uso, aumentam o risco de acidentes para idosos. A Fundação Irmã Vera tem cadastrados 17 grupos de terceira idade, totalizando 333 participantes, e no Cadastro Único, 950 idosos estão inscritos, com cerca de 240 em situação de vulnerabilidade, vivendo com menos de meio salário-mínimo por pessoa. Essa realidade reforça a necessidade de espaços públicos seguros e inclusivos.

DESENVOLVIMENTO

A metodologia da pesquisa, desenvolvida por estudantes de Arquitetura e Urbanismo da UDESC, consistiu na aplicação de 10 planilhas de vistoria em vinte edifícios públicos de Laguna/SC, entre março de 2023 e junho de 2025. Essas planilhas, baseadas na ABNT NBR 9050 e NBR 16.537, permitiram a análise detalhada de diversos itens, como calçadas, acessos, circulação, sinalização e sanitários. O objetivo foi identificar e documentar as inadequações que comprometem o direito de ir e vir, e a independência e equidade de todas as pessoas. Os relatórios descritivos, acompanhados de registros fotográficos e planilhas preenchidas, foram encaminhados ao Ministério Público.

Estudos de referência como o manual “Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos” (Dischinger et al., 2014) e as normas técnicas da ABNT foram o alicerce para a avaliação, que considerou os impactos das barreiras para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, incluindo as deficiências físico-motoras e sensoriais, além de idosos e gestantes.

RESULTADOS

As vistorias revelaram um cenário crítico em relação à acessibilidade, com diversas barreiras que comprometem a segurança e a independência dos idosos.

As calçadas são o ponto mais crítico. A maioria apresenta irregularidades, pisos danificados, buracos e inclinações inadequadas, que dificultam o deslocamento e impedem o uso em cadeira de rodas, andadores ou bengalas de apoio. A presença de obstáculos como postes e lixeiras e a ausência de rampas de acesso ou faixas de pedestres sinalizadas forçam os idosos a caminharem

na faixa de rolamento de veículos, boa parte das vezes em pedras naturais, presentes no Centro Histórico da cidade, expondo-os a riscos. O piso trepidante, seja nos paralelepípedos ou lajotas sextavadas, interfere no deslocamento não apenas de quem usa cadeiras de rodas, como também em pessoas com dificuldades de equilíbrio, comum aos idosos.

Edifícios com mais de um pavimento, como o Centro Cultural e a Câmara de Vereadores, não possuem elevadores ou plataformas elevatórias. As escadas existentes são perigosas, sem corrimãos duplos, sinalização tátil no piso ou contraste visual ao fim dos degraus, o que aumenta o risco de quedas para os idosos. As rampas de acesso à Câmara de Vereadores, por exemplo, possuem inclinações acentuadas (entre 18% e 28%), muito acima do limite recomendado.

A falta de sanitários acessíveis ou a inadequação dos existentes é um problema generalizado. Em muitas unidades, como nas Unidades Básicas de Saúde Portinho e Progresso, os sanitários acessíveis são usados como depósitos, impedindo completamente o uso. Outros problemas comuns são a ausência de barras de apoio, pias com colunas que impedem a aproximação de cadeirantes e a falta de piso antiderrapante, o que aumenta o risco de quedas em áreas molhadas. A falta de sinalização adequada prejudica a independência dos idosos, especialmente aqueles com baixa visão. Placas com letras pequenas, baixo contraste e posicionamento em alturas inadequadas dificultam a orientação. A sinalização tátil no piso é praticamente inexistente nas edificações, com exceção de algumas calçadas em frente aos edifícios, como na UDESC, entretanto, assentadas e de modelo inadequado, o que dificulta a orientação de pessoas com deficiência visual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vistorias realizadas demonstraram que a maioria dos edifícios públicos em Laguna não oferece um ambiente seguro e acessível, criando sérias barreiras para a população, especialmente os idosos. A melhoria das calçadas, a instalação de rampas e corrimãos adequados, a adaptação dos sanitários e a implementação de sinalização tátil são medidas essenciais para garantir que os espaços públicos sejam seguros e acolhedores. Espera-se que as vistorias realizadas e encaminhadas ao MPSC subsidiem ações do poder público para a readaptação das edificações. A superação dessas barreiras é fundamental para que Laguna se torne uma cidade inclusiva, segura e acolhedora para toda a população.

Palavras-chave: acessibilidade; edifícios públicos; pessoas idosas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16537: Sinalização tátil no piso**. Rio de Janeiro, 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília: Presidência da República, 2015.

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V.; PIARDI, S. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos**. Florianópolis: MPSC, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

NAVES, K. O.; COSTA, R. C. **Acessibilidade e mobilidade do idoso**. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 21, n. 4, p. 481-492, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Global age-friendly cities: A guide**. Genebra: WHO, 2015.

DADOS CADASTRAIS

BOLSISTA: Isadora Baldi Prazeres

MODALIDADE DE BOLSA: PROBIC/UDESC (IC)

VIGÊNCIA: 01/09/2024 a 31/08/2025 – Total: 12 meses

ORIENTADOR(A): Carolina Stolf Silveira

CENTRO DE ENSINO: CERES

DEPARTAMENTO: Departamento de Arquitetura e Urbanismo

ÁREAS DE CONHECIMENTO: Ciências Sociais Aplicadas

TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA: Acessibilidade Espacial em Edifícios de Uso Público e Coletivo.

Nº PROTOCOLO DO PROJETO DE PESQUISA: NPP4221-2023